



## **COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

### **ATA NÚMERO 118/XII/ 3.ª SL**

Aos 20 dias do mês de novembro de 2013, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **1ª Parte - 16:00**

Audiência conjunta com Comissão Coordenadora do Conselho Científico e a Comissão Paritária do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e o Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, sobre o Instituto de Investigação Científica Tropical.

#### **2ª Parte - 17:00**

1. Informações;
2. Outros assuntos.

---

#### **1ª Parte - 16:00**

Audiência conjunta com Comissão Coordenadora do Conselho Científico e a Comissão Paritária do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e o Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, sobre o Instituto de Investigação Científica Tropical.

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, cumprimentou os representantes da Comissão Coordenadora do Conselho Científico e da Comissão Paritária do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado que solicitaram a audiência para falar sobre a situação do IICT. Deu de seguida a palavra ao Dr. Pedro Reis, Presidente do Fórum.

O Sr. Dr. Pedro Reis começou por agradecer a disponibilidade da Comissão e disse que já tinham sido ouvidos pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura e obtido resposta do MNE sobre as perspetivas de futuro deste Instituto. Referiu que em 2012 houve uma audiência pública tendo já então sido mencionadas as sucessivas reduções do OE como um dos principais constrangimentos da instituição. O IICT,



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 118/XII/ 3.ª SL

prosseguiu, tem sofrido uma redução significativa das suas verbas, o que tem causado grande pressão e impossibilitado o rejuvenescimento dos recursos humanos. Na administração pública, o pessoal de investigação científica representa pouco mais de 3% e tem vindo a sofrer uma redução significativa nos últimos anos. É dito que é necessário racionalizar e simplificar a estrutura orgânica do IICT mas houve há pouco uma avaliação internacional dos laboratórios do Estado e, no quadro do PREMAC, a lei orgânica foi revista há dois anos. O Regime Jurídico das Instituições de Investigação é de 1999 e determina que compete aos respetivos conselhos científicos emitir parecer sobre o orçamento e o plano de atividades. Referiu ainda que o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, aquando da audição parlamentar ao Ministro de Estados e dos Negócios Estrangeiros, instado a pronunciar-se sobre a situação no Instituto disse que o IICT não era uma ilha e que o esforço tinha de ser distribuído por toda a administração pública, mas os cortes previstos para o IICT são muito superiores aos dos restantes serviços públicos.

O Sr. Dr. Vítor Rodrigues, Presidente do Conselho Científico do IICT disse que não há concurso para as carreiras há 15 anos, porque é necessária autorização do Ministério das Finanças que não é emitida. Tiveram de alterar as regras do Conselho Científico porque não havia investigadores, nem professores auxiliares que pudessem integrar este órgão. Com a recente divulgação da proposta do Orçamento de Estado para 2014 confirmou-se o que já tinha sido anunciado, ou seja que a transferência de verbas para o IICT sofreria uma forte redução, de cerca de 40% na rubrica de pessoal e da quase totalidade da verba para despesas correntes. Apenas este Instituto sofre uma redução desta magnitude. Um corte desta dimensão não é compaginável com a reestruturação deste Instituto e demais objetivos fixados. A captação de receitas próprias tem aumentado com o acréscimo de projetos ganhos pelos investigadores, no entanto, parece inviável que haja capacidade de aumentar significativamente o valor das verbas captadas.

A Sr.ª Deputada Ester Vargas (PSD) cumprimentou os representantes das entidades presentes na audiência. Disse considerar fundamental que o Instituto prossiga os seus trabalhos e prossiga na cooperação com os restantes países. Estes cortes atingem todo o setor público. Face à conjuntura difícil que vivemos, todas as instituições são



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 118/XII/ 3.ª SL

chamadas a colaborar neste desígnio, prosseguiu. A partir de 2008, a capacidade de captação de receitas significa o reconhecimento da elevada capacidade deste Instituto e perguntou se era possível ter informação sobre as linhas de investigação que estão a ser desenvolvidas.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) deu as boas vindas em nome do grupo parlamentar do PS. O corte das verbas a transferir para o IICT causou uma enorme perplexidade. Há coisas que têm de ser levadas em consideração e é impossível saber o que se perde com um corte desta dimensão. Quando se prepara um Orçamento do Estado estabelecem-se prioridades. Tem de haver noção da repercussão das decisões e não há qualquer justificação plausível para um corte tão significativo. Ignoramos quais as razões que estão por trás deste corte e quais serão as suas consequências. O PS considera este corte sem qualquer fundamentação e inaceitável até porque pode colocar em causa as ligações que existem a institutos e universidades de outros países, designadamente de língua portuguesa.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que relativamente a esta questão o PCP tem feito um acompanhamento muito próximo. A resposta que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros deu, não nos tranquiliza, prosseguiu, bem pelo contrário, adensa as preocupações quanto ao futuro do Instituto. O PCP, em sede de debate do Orçamento do Estado apresentou duas propostas, uma de reforço de verbas para o IICT e outra de salvaguarda desta instituição. As instituições não podem viver apenas de receitas próprias mas como foi referido, já se esgotou a capacidade de captar verbas. É escusado dizer-se que não há dinheiro porque isso não é verdade. Fazer um orçamento é fazer opções e há opções alternativas possíveis. Concluiu, referindo que o PSD votou contra o projeto de resolução apresentado pelo PCP que se limitava a recomendar ao Governo a salvaguarda do IICT.

A Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) fez notar que estamos numa reta descendente desde 2011. 2010 foi um ano de reconhecimento do IICT e de atribuição de verbas. O que representa o corte de 40% na rubrica Pessoal e de perto de 50% na rubrica Aquisição de bens e serviços, questionou. Quantas pessoas altamente

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 118/XII/ 3.ª SL

qualificadas perderão o trabalho e quais as parcerias que podem ser perdidas, perguntou a concluir.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) disse que acompanhava as intervenções precedentes dos Deputados do seu grupo parlamentar e quis sublinhar a absoluta anormalidade da situação. Estamos a falar de um orçamento que de um ano para o outro reduz praticamente 50% da verba atribuída. O corte não é desta dimensão nos outros organismos pelo que tem de ter outra justificação. Questionou sobre isso a equipa governamental que respondeu que iriam fazer a avaliação e que dela poderiam dar conta mais tarde. Mencionou o despacho do Sr. Presidente do IICT, de setembro de 2013, que diz que as verbas cortadas são verbas destinadas à investigação. O despacho fala numa avaliação individualizada e no pedido do CV de cada investigador o que significa que vai ver a dispensabilidade ou não de cada investigador. Perguntou que seguimento foi dado a este despacho e como se articula este despacho com o corte de verbas previsto no OE. Referiu ainda o facto de o IICT ter transitado para o MNE, onde é importante no papel, do ponto de vista da cooperação, mas em que não foi compreendido o papel do Instituto em termos de investigação.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) disse que acompanhava com atenção a atuação da Eurodeputada Maria da Graça Carvalho que foi aliás condecorada em 2011 como Melhor Eurodeputado para a Investigação e Inovação. A Eurodeputada referiu recentemente que Portugal é um contribuinte líquido para a investigação científica europeia, ou seja, Portugal está a contribuir mais do que recebe dos fundos do programa europeu para a ciência e inovação. Perguntou, a concluir, se tinham noção de qual o impacto do esforço da nossa contribuição.

O Sr. Dr. Pedro Reis começou por agradecer as intervenções feitas e esclareceu que não queria desvalorizar o contributo que já foi dado em anos anteriores aos laboratórios do Estado. Relativamente às receitas próprias, salientou que a rigidez da execução orçamental leva a que os investigadores tenham performances inferiores.

O Sr. Dr. Vitor Rodrigues disse que concordava que o IICT deveria fazer parte do esforço que está a ser feito e até gostariam de ter esse nível de cortes, mas o que se

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 118/XII/ 3.ª SL

passa é que o IICT vai ter um corte muito mais significativo. Crê que dificilmente haverá universidades com tantos projetos aprovados. 12 colegas concluirão em junho o seu quinquénio e não se prevê a renovação dos seus contratos. Dos 64 investigadores, se retirar estes 12, restam 52, quando há 10 anos o IICT dispunha de mais de 100 investigadores. O corte pode ainda implicar a redução entre 20 a 30 investigadores, o que pode colocar em causa os projetos que já foram ganhos, caso as equipas sejam desmanteladas. Referiu ainda que o IICT dispõe de um herbário que levou 150 anos a fazer mas que se não for tratado pode perder-se em dias. Rematou perguntando o que irá acontecer a estes colegas que atingiram os mais altos graus de qualificação.

A Sr.ª Dr.ª Maria Manuel Romeiras, Vice-Presidente do Conselho Científico do IICT e investigadora paga pela FCT, falou no trabalho feito no âmbito da biodiversidade e do café e disse que esta questão não é um problema do IICT mas de Portugal.

A Sr.ª Dr.ª Maria José Silva Santos lembrou que a partir de janeiro não há verba para pagar despesas correntes, como água e eletricidade, pelo que mesmo que haja pessoas não há investigação. Seria por isso mais adequado falar em extinção ou desmantelamento e disse, a concluir, que agradecia o empenho de todos na resolução desta situação.

O Sr. Vice-Presidente agradeceu a presença dos representantes da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, da Comissão Paritária do IICT e do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado que se retiraram tendo os trabalhos prosseguido.

2ª Parte - 17:00

#### 1. Informações

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, informou que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura recebeu pedido de audiência por parte de uma delegação de um grupo de trabalho técnico, proveniente do Senado da República Federativa do Brasil, destinado a colher contribuições assim como consultar e



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 118/XII/ 3.ª SL

auscultar os demais segmentos envolvidos no Brasil e nos demais países, sobre a implementação do novo acordo ortográfico, tendo como finalidade última, propor um documento com sugestões. A Comissão de Educação, Ciência e Cultura perguntou do interesse de Deputados desta Comissão participarem na aludida audiência, no dia 27 de novembro de 2013, em hora a acordar. Foi sugerido por vários membros da Comissão que a delegação fosse recebida em audiência conjunta das duas Comissões, o que irá ser transmitido à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

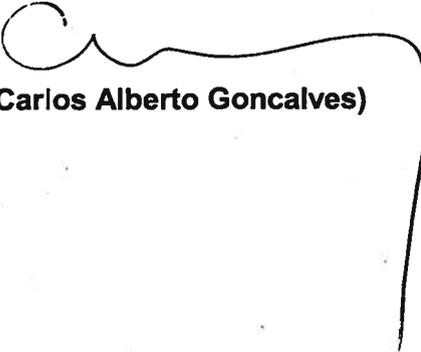
Informou ainda que a Comissão Permanente dos Assuntos Sociais e Fluxos Migratórios solicitou audiência com o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros no quadro dos trabalhos da sua próxima reunião, agendada para os dias 28 e 29 do corrente mês. Houve consenso na marcação da audiência para o próximo dia 29, às 11:30.

Deu também conhecimento que as Jornadas Parlamentares do grupo parlamentar do PCP foram marcadas para os próximos dias 2 e 3 de dezembro (segunda e terça).

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 novembro 2013.

**O VICE- PRESIDENTE**



**(Carlos Alberto Gonçalves)**



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 118/XII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira  
Carla Cruz  
Carlos Alberto Gonçalves  
Feliciano Barreiras Duarte  
Helena Pinto  
Jorge Rodrigues Pereira  
José Lino Ramos  
Maria de Belém Roseira  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila  
Maria José Moreno  
Maria Manuela Tender  
Mário Magalhães  
Paulo Pisco  
Pedro Silva Pereira  
Ângela Guerra  
António Rodrigues  
Ferro Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Laurentino Dias  
Nuno Magalhães  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Sousa Pinto

